

---

# SER Social

ALIMENTAÇÃO,  
ABASTECIMENTO E CRISE

Brasília, v. 23, n. 48, janeiro a junho de 2021

---

## Balanço da produção sobre o Serviço Social na política de educação brasileira

Balance of production on Social Service in brazilian  
education policy / Balance de producción en Servicio Social  
en la política de educación brasileña

Adriana Freire Pereira Férriz<sup>1</sup>

Eliana Bolorino Canteiro Martins<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta os resultados da pesquisa referentes à produção de conhecimento sobre a “política de educação no Brasil na interface com o Serviço Social”, realizada a partir de textos publicados nos anais dos eventos: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), considerando o aumento significativo da produção sobre o tema, nos

---

1 Assistente Social, doutora em Sociologia, docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [adriana.ferriz@ufba.br](mailto:adriana.ferriz@ufba.br).

2 Assistente Social, doutora em Serviço Social, docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Franca). E-mail: [elianacanteiro@terra.com.br](mailto:elianacanteiro@terra.com.br).

últimos anos. Foi realizada uma análise sobre os trabalhos publicados nos anais do CBAS, edições de 2013 e 2016 e do Enpess, nas edições de 2014, 2016 e 2018. Constatou-se que há uma quantidade maior de trabalhos com densidade teórica naqueles apresentados nos CBAS do que nos Enpess. As temáticas infrequência e/ou evasão escolar, relação da escola-família e medicalização das crianças e adolescentes, aparecem com mais incidência, coincidem com as principais requisições postas aos assistentes sociais na área da educação.

**Palavras-Chave:** produção do conhecimento; educação; Serviço Social.

**Abstract:** The article presents the results of the research on the production of knowledge about the “education policy in Brazil at the interface with Social Work”, carried out from texts published in the Proceedings of the events: Brazilian Congress of Social Assistants (CBAS) and at the Meeting National Researchers in Social Work (Enpess), considering the significant increase in production on the subject in recent years. An analysis was carried out on the works published in the annals of the CBAS, edition of 2013 and 2016, and of Enpess, in the editions of 2014, 2016 and 2018. It was found that there is a greater number of works with theoretical density in those presented in CBAS than in Enpess. The themes infrequency and/or school dropout, school-family relationship and medicalization of children and adolescents, appear with more incidence, coincide with the main requests made to social workers in the area of education.

**Keywords:** knowledge production; education; Social Service.

**Resumen:** El artículo presenta los resultados de la investigación sobre la producción de conocimiento sobre “política educativa en Brasil en la interfaz con el Trabajo Social”, realizada a partir de textos publicados en las Actas de los eventos: Congreso Brasileño de Asistentes Sociales (CBAS) y en una Reunión Nacional Investigadores en Trabajo Social (Enpess), considerando el aumento significativo en la producción sobre el tema en los últimos años. Se realizó un análisis de los trabajos publicados en los anales de las ediciones CBAS de 2013 y 2016, y de Enpess, en las ediciones de 2014, 2016 y 2018. Se encontró que hay un mayor número de trabajos con densidad teórica en los presentados en CBAS que en Enpess. Los temas de infrecuencia y/o deserción escolar, relación escuela-familia y medicalización de niños y adolescentes, aparecen con mayor incidencia, coinciden con las principales solicitudes hechas a los trabajadores sociales en el área de la educación.

**Palabras clave:** producción de conocimiento; educación; Servicio Social.

## Introdução

O presente artigo apresenta os resultados de um levantamento referente à produção do conhecimento sobre a temática “Serviço Social no âmbito da política de educação”, realizada a partir dos anais (comunicações) das duas últimas<sup>3</sup> edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizados em 2013 e 2016, e das três últimas edições do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizados em 2014, 2016 e 2018.

Os referidos eventos nacionais foram escolhidos considerando a importância histórica para a categoria profissional, sendo referências nacionais para divulgação de pesquisas, análises teóricas, sistematização de experiências profissionais em todas as instâncias de atuação do Serviço Social. Deste modo, a produção que é disponibilizada em seus anais traduz as inquietações e reflexões teórico-práticas que passam o Serviço Social brasileiro.

A produção de conhecimento debatida nos espaços desses eventos de nível nacional e de expressiva participação da categoria profissional revela os avanços, limites, desafios, rumos e significados do Serviço Social gestado na conjuntura política, econômica, social e cultural do tempo histórico da ocorrência dos mesmos. Desta forma, analisar as diferentes vertentes ideológicas, o arcabouço teórico-metodológico e as experiências profissionais que submergem nos artigos apresentados, torna-se uma forma legítima de apreender o estágio de desenvolvimento em que a profissão se encontra, o *ethos* explicitado nos ensaios teóricos e nas experiências profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais de diferentes políticas sociais.

Ressaltamos que o objetivo principal da pesquisa bibliográfica foi mapear a produção do conhecimento sobre o tema “Educação e Serviço Social” nos principais congressos da categoria profissional, com o intuito de identificar a intensidade desta discussão, considerando o quantitativo de comunicações apresentadas e,

---

3 O artigo não contemplou o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (30/10 a 03/11/2019), realizado em Brasília, pois, na ocasião, já estava em fase de finalização.

especificamente, refletir sobre as sub-temáticas que se destacam a partir deste levantamento.

Os procedimentos metodológicos adotados para realizar o levantamento nos anais dos eventos da categoria foram: a identificação dos trabalhos aprovados/apresentados no eixo dedicado ao tema da educação e, em seguida, a realização de uma busca pelo tema da educação em outros eixos temáticos. Após a identificação dos artigos sobre o Serviço Social na área da educação, aprovados/apresentados nos encontros da categoria, foram construídas planilhas que sintetizaram o quantitativo de trabalhos por edição do CBAS e do Enpess e uma análise quantitativa sobre os conteúdos abordados.

### **Reflexões sobre a produção do conhecimento e o Serviço Social na educação**

Nas últimas décadas, e principalmente a partir de 1990, a profissão do assistente social fundamenta-se na teoria social crítica marxiana e com o investimento das entidades representativas do Serviço Social: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), o Conselho Federal de Serviço Social (CFess)/Conselho Regional de Serviço Social (Cress) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso); reorganiza o projeto político-pedagógico de formação profissional (que impacta no exercício profissional) de forma coerente com o projeto ético-político profissional, construído pela categoria no Brasil, a partir do processo de “intenção de ruptura”, do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

Em relação à formação profissional do assistente social, referido projeto político-pedagógico, demarcado nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, estabelece “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade”. (ABEPSS, 1996, p. 61).

Assim, o processo de amadurecimento do Serviço Social no Brasil tem se consolidado na pesquisa e na produção de conhecimento, principalmente nas últimas décadas, fato impulsionado pela criação e

forte expansão de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e, mais recentemente, a consolidação de grupos de pesquisas inscritos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que justifica o reconhecimento da profissão como área de conhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A simbiose entre as dimensões investigativa e interventiva, própria da natureza da profissão do Serviço Social, constitui-se em condição primordial para desvendar a complexidade da realidade social que, a partir da categoria teórico metodológica da mediação,<sup>4</sup> reconstrói as determinações presentes na tríade: universalidade, singularidade e particularidade, na perspectiva da totalidade.

Neste contexto, a produção do conhecimento em Serviço Social nas diversas instâncias em que se espraiam a inserção do assistente social em espaços sócio-ocupacionais que materializam serviços sociais de várias políticas sociais, sejam em níveis federal, estadual ou municipal, solidifica a interpretação do trabalho profissional tendo como fonte a relação teórico-prática. Silva e Carvalho (2005) ressaltam que há:

Um acúmulo teórico no âmbito do Serviço Social, de uma massa crítica e um amplo e qualificado debate que vai favorecer a construção de um projeto profissional. Esta expansão da pós-graduação vem expressando-se em significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro que vem gerando uma bibliografia própria publicada em livros, revistas e cadernos em todo o país e no exterior. (SILVA; CARVALHO, 2005, p. 30).

A contribuição significativa das entidades representativas do Serviço Social tem sido essencial para fomentar o debate,

---

4 Entendemos a categoria mediação nos termos de Pontes (2000, p. 38), como “[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”. Assim, para ultrapassar o plano da imediaticidade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto (PONTES, 1995). Pontes (2020, p. 01) indica ainda que “a mediação é a categoria central da articulação entre as partes de uma totalidade complexa, e é responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato”.

sintonizando a profissão às mudanças societárias de cada tempo histórico e firmando posicionamentos ético-políticos que expressam os princípios assumidos pela categoria profissional, no contexto do processo de “intenção de ruptura” com os traços tradicionais e conservadores que marcaram a gênese e os primórdios da profissão.

O arcabouço das produções do conhecimento composto por dissertações de mestrados e teses de doutorado se soma às pesquisas realizadas nas monografias de conclusão de curso e também naquelas efetivadas no próprio espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, construindo um mosaico de conhecimento que incide na profissão e contribui para a reconstrução da sua imagem social. (SPOSATI, 2007).

Uma das importantes formas de publicização desta produção do conhecimento tem sido apresentada em vários eventos internacionais e nacionais que ocorrem por todo o território nacional. Dentre eles destacam-se dois: o CBAS realizado desde 1973, coordenado pelo conjunto CFess/Cress, e o Enpess, coordenado pela Abepss. Criado a partir de 1988, o Enpess também tem se constituído como espaço nacional reconhecido pela categoria profissional e congrega um número relevante de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social mobilizados para o debate e a reflexão de questões pertinentes à conjuntura político-econômica do Brasil (e do mundo) e da própria profissão.

Foi através da observação da quantidade de comunicações abordando esta temática nos referidos eventos, inclusive viabilizando a criação de um eixo do tema específico nos eventos supracitados, que o conjunto CFess/Cress reconheceu a necessidade de ações mobilizadoras deste debate com a categoria profissional. Este processo foi alvo de vários Encontros Nacionais do conjunto CFess/Cress, da articulação de comissões sobre o Serviço Social na Educação, da contratação de assessoria especializada (Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida) e outras atividades que culminaram na elaboração do documento: *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. (CFESS, 2013).

Mapear/analisar a produção do conhecimento do Serviço Social, especificamente na área da Educação, constitui-se como uma forma

de compreender as tendências que veem marcando o debate profissional das particularidades do Serviço Social, tendo como sustentáculo esta política social. Neste bojo, analisar a produção do conhecimento nas últimas edições do CBAS e Enpess é de extrema relevância, especialmente para os profissionais que atuam no âmbito da política de educação.

### **A produção do conhecimento sobre o Serviço Social na política de educação nos congressos da categoria**

Para facilitar a compreensão dos resultados encontrados, os descreveremos separadamente analisando por ordem cronológica e na seguinte sequência: primeiro os artigos do CBAS (2013, 2016) e posteriormente os do Enpess (2014, 2016 e 2018), para, em seguida, fazer uma análise geral desses eventos.

O **CBAS de 2013** publicou 94 (noventa e quatro) trabalhos sobre o tema específico da educação enquanto que no CBAS de 2016 o número de artigos sobre a educação foi de 112 (cento e doze). O Enpess também seguiu esta mesma lógica nos dois primeiros anos em questão: em 2014 teve 70 (setenta) trabalhos e passou para 117 (cento e dezessete), em 2016. Em 2018, teve uma ligeira queda nos trabalhos apresentados passando ao quantitativo de 102 (cento e dois).

O **14º CBAS**, realizado em **2013**, contou com um quantitativo de trabalhos sobre o tema da educação de 94 (noventa e quatro), apenas 8,3% do número total, portanto.

Em relação à procedência geográfica dos autores, constatamos a representação de vários estados brasileiros, o que reforça a abrangência nacional do evento.

Dos 94 (noventa e quatro) trabalhos apresentados, foi possível identificar 30 (trinta) diferentes instituições de proveniência, sendo que muitos artigos que se constituem em ensaio teórico sobre a temática específica não indicam a qual instituição pertencem os autores. Do total de instituições identificadas sobressaem os Institutos Federais Tecnológicos distribuídos em 12 (doze) diferentes

regiões do país com 22 (vinte e dois) trabalhos de profissionais alocados nessas instituições.

Destacamos que, do total de 94 (noventa e quatro) trabalhos, em relação à modalidade de educação a que estão vinculados, foi possível identificar que 34 (trinta e quatro, 36% deles) se voltam ao tema específico da Educação Básica, 22 (vinte e dois, 23,4%) se referem aos Institutos Federais e Tecnológicos (ensino profissionalizante e/ou Ensino Superior), 16 (dezesseis, 17%) estão voltados ao tema da Educação Superior e os demais versam sobre temas diversos relacionados à política de educação: Educação Inclusiva (08 trabalhos, 8,5%), Educação Popular (01 trabalho, 1,06%) e Educação em geral, abordando reflexões sobre Política Educacional brasileira (13 trabalhos, 13,8%).

Constata-se que a representatividade dos níveis de ensino está condizente justamente com o investimento governamental cuja centralidade tem sido na política de Educação Básica (especialmente na Educação Infantil e Ensino Fundamental), Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior, conforme previsto nos acordos que o Brasil efetivou com os organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial durante a década de 1990, após a efetivação de várias conferências internacionais, destacando a Conferência Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jomtien (Tailândia),<sup>5</sup> questão que será melhor avaliada no decorrer deste trabalho.

Quanto à classificação do tipo de comunicação apresentada, constatamos que 54 (cinquenta e quatro, 57,4%) trabalhos se identificam como ensaios teóricos e resultados de pesquisa, e 40 (quarenta, 42,4%) são relatos de experiências.

No que concerne à ênfase do conteúdo abordado nos artigos, constatamos o seguinte: sobre o trabalho profissional do assistente social foram computados 45 (quarenta e cinco) artigos; sobre a análise política de educação, 28 (vinte e oito) artigos, sendo que destes,

---

5 A Conferência Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jomtien (Tailândia), aprovou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: *satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. (BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS, 2020).



21 (vinte e um) abordam a questão da assistência estudantil; e no que diz respeito à concepção de educação totalizaram 14 (quatorze) trabalhos, incluindo a questão da Educação Indígena e Educação Especial/Inclusiva, de pouca visibilidade. A formação profissional do assistente social comparece no conteúdo de 03 (três) artigos. Ressaltamos ainda a incidência de temas diversificados, com 08 (oito) artigos abordando raça/etnia, direitos humanos, religiosidade e gestão democrática da escola.

Com o percentual de 48% dos artigos analisados referentes ao trabalho profissional, ressaltamos a relevância das experiências apresentadas neste quesito que se concentram na atuação do Serviço Social nos Institutos Federais Tecnológicos. Podemos inferir que esse fator é determinado pela expansão da inserção deste profissional neste espaço sócio-ocupacional, nas últimas décadas, principalmente após 2008, quando foi aprovado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNaes – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Também é marcante a presença de assistentes sociais nas Universidades Públicas Federais, principalmente no período posterior à implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), quando ampliou os cursos de graduação e a contratação de assistentes sociais para atuarem na perspectiva da permanência de estudantes oriundos das escolas públicas, cujo perfil socioeconômico revela que são provenientes da classe trabalhadora empobrecida.

O **15º CBAS**, que aconteceu em **2016**, teve 1.427 (mil quatrocentos e vinte e sete) trabalhos apresentados nas categorias de comunicações orais e *pôsteres*, sendo que 112 (cento e doze) estavam voltados à temática da educação, portanto 8,9% do total.

No que se refere à modalidade de educação, há uma predominância da Educação Profissional e Tecnológica, com 27 (vinte e sete) trabalhos; da Educação Básica e da Educação Superior, ambas com 21 (vinte e um). Além destas modalidades, aparecem também a Educação Especial, com 10 (dez) trabalhos; Educação Popular e do Campo, com 06 (seis). Outras temáticas também foram foco da elaboração de trabalhos, como é o caso da Educação Ambiental (02); Socioeducação com 01 (um), e o tema mais geral que se refere às análises sobre a

política da educação e da relação do Serviço Social com a educação, com 22 (vinte e dois) trabalhos.

Quanto à classificação do tipo de comunicação apresentada, identificamos que a maioria se encaixa em ensaios teóricos e resultados de pesquisa, com apenas 19 (dezenove) relatos de experiências.

No que concerne à ênfase nos conteúdos abordados nos artigos, identificamos os seguintes temas: trabalho profissional do assistente social, análise política de educação, com ênfase na assistência estudantil, bem como temas novos que não estiveram presentes no evento anterior, a saber: assistencialização da educação, saúde mental, trabalho docente, *bullying*, educação da população negra, educação e gênero, educação e geração e expansão da educação com destaque para a temática da educação a distância.

O **Enpess**, realizado em **2014**, contou com o total de 1.097 (mil e noventa e sete) trabalhos apresentados, sendo que 70 (setenta) foram referentes ao tema da educação, representando 6,3% do total.

No tocante aos níveis de ensino, foi identificada a seguinte configuração: Educação Superior, 29 (vinte e nove) trabalhos; Educação Básica, 20 (vinte); Educação Profissional e Tecnológica, 07 (sete); Educação em geral, 06 (seis); Educação Popular, 05 (cinco); Educação Ambiental, 02 (dois) e Educação Inclusiva, 01 (um).

Os artigos estão distribuídos, quanto à sua natureza, da seguinte forma: ensaio teórico/pesquisa, com 49 (quarenta e nove) artigos; e relato de experiência perfazendo um total de 21 (vinte e um), ou seja, 30% dos textos apresentados.

No tocante à ênfase nos conteúdos abordados nas comunicações, apresentamos os resultados a seguir. Os artigos com ênfase no trabalho do assistente social totalizam 38,6%. Estes destacam a significativa contribuição do trabalho profissional do assistente social em vários espaços sócio-ocupacionais no âmbito da política de educação, tais como nas creches, nas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental, estando a maior incidência nos Institutos Federais Tecnológicos espalhados por todo o país. Novamente evidencia-se que a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, principalmente no

período do governo Lula, suscitou a ampliação da inserção dos assistentes sociais nessa instituição, repercutindo na apresentação de trabalhos principalmente de experiências profissionais nessa área.

Em relação aos conteúdos abordados, ressaltamos as seguintes questões: o fenômeno que vem sendo considerado premente pelos educadores é a infrequência e/ou evasão escolar nos mais variados níveis de ensino; a identificação de expressões da questão social que invadem o cenário escolar e se tornam foco da atuação profissional dos assistentes sociais; a demanda, historicamente requisitada aos assistentes sociais, que perpassa a relação da escola-família; a questão da medicalização das crianças e adolescentes, situação que tem se intensificado principalmente no ambiente escolar tendo uma interface com a saúde e, por fim, a complexa questão de gênero que tem causado polêmicas entre educadores, familiares e os próprios estudantes.

Os trabalhos indicam também a preocupação dos assistentes sociais que atuam na educação em analisar e compreender as atribuições e competências profissionais na área da educação e, principalmente, a indagação sobre a concepção de educação que deve nortear o trabalho desse profissional e que esteja em sintonia com o projeto ético-político da profissão. Outra situação que aparece é a imperiosa necessidade de articulação da educação com a rede socioassistencial, facilitando a intersectorialidade entre as políticas sociais, sendo esta ação compreendida como uma das atribuições do assistente social.

Dentre as atribuições do Serviço Social, no âmbito da política de educação, é relevante a contribuição no processo de reflexão crítico-dialética de diversos temas, dentre eles a própria política educacional, contribuindo para que os atores da comunidade escolar reconheçam os meandros ideopolíticos da educação e a sua configuração como um direito social.

Da mesma forma que descrevemos no item que abordou os artigos do CBAS, também no Enpess há uma convergência da análise crítica da política educacional, com 42,85% dos trabalhos apresentados abordando os diversos níveis de ensino, porém, com ênfase no Ensino Superior, resgatando os determinantes da realidade internacional sob o nacional, principalmente as proposições do Banco

Mundial. Nesse contexto, destaca-se a discussão sobre a mercantilização, a massificação e a crescente privatização do Ensino Superior em detrimento da qualidade da educação.

A análise da política de Educação Profissional e Tecnológica, com destaque para a assistência estudantil e as cotas afirmativas, foi uma tônica marcante nos artigos. Os conteúdos trazem ponderações sobre a resignificação da educação sob a lógica do capital distanciando-a da educação como uma dimensão essencial na constituição do ser social.

Outros temas foram identificados nas publicações desse evento e destes uma produção do conhecimento em relação à temática: a formação profissional do assistente social, a questão da gestão democrática na escola, a Educação Popular e a Educação Ambiental.

O **Enpess**, realizado em **2016**, contou com 917 (novecentos e dezessete) trabalhos apresentados, sendo que 115 (cento e quinze) foram referentes ao tema da educação, perfazendo o quantitativo de 12,5 %.

No tocante aos níveis de ensino, foi identificada a seguinte configuração: Educação Superior, 48 (quarenta e oito) trabalhos; Educação e Serviço Social, 21 (vinte e um); Educação Profissional e Tecnológica, 21 (vinte e um); assistência estudantil, 16 (dezesseis); Educação Básica, 10 (dez); Educação Popular e no Campo, 03 (três); Educação Inclusiva, 02 (dois); e controle social na educação, 02 (dois).

Os artigos estão distribuídos quanto à sua natureza, da seguinte forma: ensaio teórico/pesquisa, com 105 (cento e cinco) artigos; e relato de experiência perfazendo um total de 10 (dez) textos.

No tocante à ênfase nos conteúdos abordados nos artigos, averiguamos: trabalho profissional do assistente social, a formação profissional do assistente social, a questão da gestão democrática na escola, a assistencialização da educação, a expansão do ensino superior, a mercantilização da educação, a juventude negra/cotas, a educação indígena, o trabalho infantil e a saúde mental.

O **Enpess**, realizado em **2018**, contou com 1.027 (mil e vinte e sete) trabalhos apresentados, sendo que 102 (cento e dois) foram referentes ao tema da educação, ou seja, 9,9% do número total.

No tocante aos níveis de ensino, foi identificada a seguinte configuração: Educação e Serviço Social, 38 (trinta e oito) trabalhos; Educação Superior, 28 (vinte e oito); assistência estudantil, 11 (onze); Educação Profissional e Tecnológica, 10 (dez) trabalhos; Educação Básica, 10 (dez); Educação Permanente, 02 (dois); Educação Inclusiva, 02 (dois) e medida socioeducativa e educação, 01 (um).

Os artigos estão distribuídos, quanto à sua natureza, da seguinte forma: ensaio teórico/pesquisa, com 87 (oitenta e sete) artigos; e relato de experiência perfazendo um total de 15 (quinze) textos.

No tocante à ênfase dos conteúdos abordados nos artigos, constatamos o que segue: trabalho profissional do assistente social, a questão da gestão democrática e financiamento da escola, trabalho docente, educação para direitos, educação e sistema prisional, expansão do ensino superior, mercantilização da educação, raça/cotas/gênero, educação popular e educação à distância.

Inferimos também que a incidência de artigos que abordam o trabalho profissional do assistente social na área da Assistência Estudantil revela a intensidade da preocupação desses profissionais em investigar, refletir e socializar os limites e as possibilidades que constatarem na realidade social vivenciada no âmbito dessa política educacional. Cabe destacar a informação que em Institutos Federais Tecnológicos de diferentes estados brasileiros, os assistentes sociais empenham esforços para a construção de um “sujeito coletivo”, ou seja, vislumbram constante mobilização, articulação, debatendo tanto virtualmente (via rede informatizada), quanto por meio de realização de encontros, cursos com referências teóricas e experiências profissionais. Assim, podemos comprovar o nível de organização e interesse desses profissionais em estudar, pesquisar para compreender tanto as entrelinhas da PNaes, quanto as requisições postas para este profissional nesses espaços sócio-ocupacionais.

É expressiva a perspectiva crítica adotada nas análises elaboradas nesses artigos. Podemos dizer que se constituem como uma “denúncia” ao discurso de “democratização da educação”, pois diante das desigualdades sociais e econômicas que marcam a trajetória histórica do Brasil e em contraposição à propalada universalização e

democratização da educação escolarizada, é flagrante que a possibilidade de acesso ao espaço escolar público não garante a permanência e muito menos o “sucesso” de adolescentes e jovens que ingressam na educação formal, assim como não garantem a qualidade socialmente referendada do ensino.

Neste contexto, as análises realizadas indicam os desafios dos assistentes sociais, reconhecendo que as possibilidades de atuação deste profissional estão na realidade social, de acordo com cada instituição. Todavia, não estão explicitadas, cabendo ao profissional interpretar a realidade, identificar as mediações, apropriando-se de situações que viabilizem alternativas de atuação que respondam aos interesses das classes subalternas, portanto, para além da demanda institucional. (IAMAMOTO, 2008).

Os profissionais revelam que, ao atuarem no Programa Nacional de Assistência Estudantil, o processo de seletividade em decorrência da insuficiência de recursos é o foco principal da atuação do assistente social. Contudo, para não se sucumbir a essa “armadilha” é necessária uma intensa reflexão teórica, relacionando-a ao cotidiano profissional. Nesse sentido, alguns artigos reforçam a necessidade de uma iniciação profissional continuada, alicerçada no conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, condizente com a perspectiva da teoria social crítica marxiana, fundamentada pelo projeto ético-político profissional. Só assim, nesse processo contraditório, o trabalho profissional contribuirá na luta pela efetivação da política educacional como um direito social.

Na leitura dos artigos que contemplam a análise da política de educação brasileira, observamos novamente que é expressiva a opção pela perspectiva crítica, utilizando-se das categorias totalidade, mediação e contradição. Todos iniciam a interpretação, contextualizando a sociedade capitalista e recuperando autores como Harvey (1998), Iamamoto (2008), dentre outros, para explicar a grave crise estrutural do capitalismo que altera o processo de produção e reprodução social, emergindo um fenômeno denominado de acumulação flexível (HARVEY, 1998), ocorrendo a reestruturação produtiva e tendo como modelo o toyotismo. Trazem ao debate o contexto da

globalização mundial, que, sob a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre capital bancário e capital industrial, ocorre a revolução técnico-científica de base microeletrônica e essas transformações demandam um novo padrão de trabalhador. Tal situação impacta também no processo de reprodução social, ou seja, na educação e na cultura. Nessa nova fase do capital – na era da reestruturação produtiva/flexibilização –, a intensificação das condições de exploração da força de trabalho é evidenciada, amplia-se o desemprego e subemprego, além das expressões da questão social. Portanto, o capital se reorganiza visando recuperar o ciclo reprodutivo e garantir o que é lhe peculiar – a acumulação capitalista, sem precedentes na evolução histórica.

Neste compêndio, os artigos trazem uma profunda análise crítica da influência do ideário neoliberal que incide na contrarreforma do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) e a sua influência no desenho das políticas sociais. Chamam a atenção para as tendências hodiernas da política de educação, que, apesar das suas particularidades, perpassam todos os níveis de ensino. Essa metamorfose que ocorre na produção forja a composição de um trabalhador polivalente, multifuncional e qualificado.

Conforme afirma Iamamoto (2008, p. 149), “vale reiterar que o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias”.

Após explanar esta conjuntura atual, os textos trazem interessantes reflexões críticas sobre a política de educação, apoiadas em autores como Frigotto, Saviani, Mészáros, Ciavatta, Tonet, dentre outros, indicando que a atual política de educação se assenta na perspectiva mercadológica, tecnicista, gerencial, ou seja, para atender prioritariamente as demandas do mercado. Assim, se historicamente sempre houve a disputa de projetos educacionais antagônicos no âmbito da política educacional, atualmente evidencia-se que se acirra essa forte tendência das propostas educacionais direcionadas para os interesses da classe dominante.

Nesta direção, a ênfase da educação recai no preparo para o mercado (não para o trabalho), conforme analisa Frigotto (2011, p. 247) “não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado”. Portanto, uma formação a-crítica, sedimentada na lógica educacional mercantil, extremamente economicista.

É ainda discutida nos textos a marca das exigências dos organismos multilaterais, principalmente do Banco Mundial, na condução da superação do atraso educacional historicamente constituído no país, porém voltada para alterar os índices educacionais que revelam o analfabetismo e a precariedade do acesso à educação escolarizada das crianças, adolescentes e jovens. Confirma, assim, a tese de Algebaile (2010) da “expansão para menos”, sem qualquer preocupação em garantir uma qualidade socialmente referendada na educação.

Ressaltamos que do quantitativo de artigos que tem como ênfase a análise da política de educação, a maioria se direciona ao estudo da assistência estudantil, tanto nas Universidades Federais como nos Institutos Federais Tecnológicos. Esses trabalhos trazem à cena o debate sobre a contradição posta pela sociedade capitalista na realidade atual com a expansão do acesso à educação, de forma particular a Educação Profissional Tecnológica e a Educação Superior. Em contrapartida, para efetivar a permanência estudantil, a implantação de um Programa Nacional de Assistência Estudantil não se configura de fato como uma política social de âmbito universal, pois sobrevive a partir de escassos recursos, sujeitos a arrochos a qualquer tempo ou quando se manifestar alguma crise. Novamente o Estado, para viabilizar a permanência estudantil, assume a focalização, a seletividade para atender o “mais pobre dos pobres”, definindo assim quem deve permanecer ou não nas instituições educacionais.

Mais uma vez, vislumbra-se a estratégia do capital configurando mecanismos integradores da sociedade tendo como objetivo principal a manutenção da pobreza em níveis aceitáveis, legitimando o Estado na regulação necessária para a reprodução do capital. Porém, na perspectiva dialética, a partir do movimento contraditório presente na sociabilidade capitalista, a expansão, a implantação de um programa



de assistência estudantil também é resultante de uma intensa luta pela efetivação da educação como direito social, que vem sendo travada ao longo da trajetória da política educacional do Brasil e, de forma particular, da política de assistência estudantil.

No que tange à concepção de educação, perfazem um total de 06 (seis) artigos, sendo que tanto os que tratam de ensaios teóricos quanto os de relatos de experiência, iniciam a explanação fazendo referência à expressão da concepção de educação que os autores acreditam fundamentada em autores clássicos tais como: Gramsci, Mészáros, Saviani e outros. A concepção de educação de Gramsci pode ser explicitada na seguinte formulação: uma “escola única”, destinada a todos os estudantes e que propicie “[...] uma cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”. (GRAMSCI, 1988, p. 11).

De forma geral, tratam o tema tendo como referência a concepção crítica da realidade social e, também, da própria educação. Afirmam que a educação, uma das dimensões da vida social, se situa no âmbito da disputa hegemônica na sociedade de classes. Utilizam o termo “escola” também em sentido geral, como uma instituição inserida na sociedade capitalista e que, portanto, reflete as contradições presentes na mesma, pois ao reproduzir o modo de produção reproduz também suas contradições, sendo assim permeável aos interesses das classes fundantes, cujos projetos societários (e educacionais) estão em constante disputa.

Nesse foco, identificamos análises sobre a concepção e organização de diferentes modalidades de educação formal tais como: Educação Indígena, Especial/Inclusiva e a Educação Popular.

Em relação às modalidades de Educação, a Indígena ainda é pouco estudada. Um artigo aborda a inclusão desse segmento populacional na Educação Superior e relata uma experiência de organização da assistência estudantil, privilegiando o acesso dos índios e viabilizando garantir a permanência dos mesmos por meio de bolsa social.

No que diz respeito à modalidade da Educação Especial/Inclusiva, as reflexões centram-se na concepção de “inclusão”, fazendo um contraponto com seu reverso, a “exclusão”. Trata criticamente sobre os percalços para realmente efetivar o que está proposto nas legislações – a possibilidade de acesso e permanência de estudantes que possuem qualquer tipo de deficiência (física, cognitiva, sensorial, auditiva, intelectual, visual e/ou múltiplas). Os textos afirmam que a exclusão, e até mesmo o preconceito, em relação às pessoas com deficiência, decorrem de práticas e valores da cultura e da sociedade que resultam de processos históricos de constituição de valores morais e de diferenças culturais que se materializam em preconceitos.

Alguns artigos chamam a atenção para a contribuição do assistente social na educação especificamente na questão da inclusão, e corroboram com o posicionamento do documento *Subsídios para a atuação do assistente social na política de educação* (CFESS, 2013), que afirma a importância do assistente social em desvelar o aparente consenso sobre a inclusão na educação, como se fosse fácil garantir as condições estruturais, pedagógicas e sociais para efetivar, de fato, a divulgada “inclusão”. Neste sentido, o assistente social é mais um profissional a engrossar a luta por esse segmento populacional tão esquecido na sociedade brasileira em todas as políticas sociais e, de forma ainda mais evidenciada, na política educacional.

Os artigos cuja ênfase envolve questões relacionadas à formação profissional do assistente social, resgatam a trajetória da política de educação no Brasil, sendo esta permeada por lutas e conquistas, porém marcada por dualidades e fortes tendências ao atendimento dos interesses da classe dominante, em detrimento dos da classe trabalhadora. Fazem análises sobre a política de educação, nas últimas décadas do século XX, contextualizando as profundas mudanças nos processos de produção e reprodução da vida social, condicionadas pela reestruturação produtiva e suas incidências no mundo do trabalho, além da reforma do Estado brasileiro a partir da perspectiva neoliberal de enxugamento das políticas públicas, já citada anteriormente neste texto. É justamente este cenário que reverbera e altera a política de educação de forma geral e, especificamente, do ensino superior, e, logo, a formação profissional do assistente social.

## Considerações finais

A pesquisa bibliográfica, realizada nos anais das últimas edições dos eventos CBAS e Enpess, teve como foco de análise os artigos que tratam especificamente sobre Serviço Social e Educação e possibilitou mapear e interpretar a produção do conhecimento que tem sido elaborada pelos assistentes sociais, vislumbrando uma área da atuação profissional em processo de expansão, nas últimas décadas – a política de educação.

É justamente nesses espaços sócio-ocupacionais das diversas instâncias institucionais que efetivam serviços de educação formal, que tem sido requisitado o trabalho do assistente social. Como afirma Almeida (2011), é em terrenos de conflitos sociais, na mediação histórica e socialmente produzida das demandas protagonizadas pela população (organizada ou não) na prestação de serviços sociais, que os assistentes sociais atuam.

Desta forma, a análise dos trabalhos apresentados nas edições dos eventos expressivos da categoria profissional (CBAS e Enpess) confirma ser primordial para os assistentes sociais reconhecer os meandros da política educacional, os protagonistas das instituições organizadas para a prestação de serviços educacionais específicos, as reais demandas oriundas dos usuários desta política pública com o intuito de incitar estratégias que mobilizem o acesso, a permanência, a gestão democrática e a qualidade da educação, conforme descrito no documento *Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação*. (CFESS, 2013).

Esta produção do conhecimento expressa a amplitude de demandas que perpassam as instituições educacionais e que são pertinentes às atribuições e competências do assistente social, consubstanciadas no cabedal de conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão. Assim, em tempos de ataque explícito por parte significativa dos políticos à política de educação, contraditoriamente confirma-se a importância da mesma, no sentido amplo, como dimensão da vida e também como política social, para o processo de mobilização da consciência crítica, capaz de desvelar

as reais mazelas da sociabilidade capitalista. Portanto, é preciso persistir na luta pela sua efetivação como política e como direito social.

Neste contexto, à categoria profissional e, especialmente, aos assistentes sociais que atuam nos espaços sócio-ocupacionais desta política social, cabe a mobilização de todos os atores envolvidos no universo educacional, na construção de estratégias rumo à educação integral, libertadora. A reflexão, sistematização e socialização de ensaios teóricos e relatos de experiências por intermédio dos diversos eventos e, particularmente das edições do CBAS analisadas e Enpess direcionadas ao diálogo entre Serviço Social e Educação, cumprem a função de despertar para a importância da inserção dos assistentes sociais no âmbito da política de educação, fortalecendo as iniciativas do conjunto CFess/Cress, Abepss e Enesso nesta direção.

Aceito para publicação em 03/08/2020.

## Referências

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: [s/e], 1996.
- ALGEBAIL, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação**. Brasília: CFESS/CRESS, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS – USP. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien. 1990. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>>. Acesso em: 09/01/2020.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2013.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan.-abr./2011.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1988.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais** – capacitação em Serviço Social e política social. CFESS; ABEPSS; CEAD/NED-UnB, 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social**. Disponível em: <[www.unirio.br/ess/pontes-r-mediacao-e-servico-social](http://www.unirio.br/ess/pontes-r-mediacao-e-servico-social)>. Acesso em: 09/01/2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. *Katálysis*, v. 10 n.spe, 2007. Disponível em <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300002)>. Acesso em: 09/01/2020.